

# GDF investe no aumento da base tributária

A expectativa do secretário de Fazenda do DF, Mário Tinoco, é de que o governo arrecade neste ano mais do que os R\$ 1,3 bilhão recolhidos aos cofres do GDF em 1997. Para isso a secretaria vai investir na fiscalização das mercadorias que vêm de outros estados e na remodelação da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Mesmo assim, Tinoco adverte que o rigor na fiscalização tem limites e só mesmo o aumento da base tributária, com a vinda de novas empresas para a região, poderá reduzir a dependência das transferências de recursos feitas pelo Governo Federal e dar maior autonomia financeira ao Distrito Federal.

Máisa Moura e  
Rogério dy la Fuente  
de Brasília

**GZMDF** - O Distrito Federal arrecadou R\$ 1,3 bilhão em 1997, um volume 8,5 % maior que no ano anterior. Qual é a expectativa de arrecadação para este ano?

**Mário Tinoco** - Em valores constantes, a nossa receita vem crescendo a cada ano. Em 1996 a receita do DF foi 10,17% maior que em 1995. No ano passado, em relação a 1996, o crescimento foi de 8,5%. E nesses três primeiros meses continuamos a manter o resultado positivo. Em janeiro crescemos algo em torno de 3%, em fevereiro caímos (- 1,8%) e em março voltamos a crescer 3,3%. Em relação ao Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Serviços (ISS), que representam 80% de nossa receita tributária, o crescimento foi de 10% do ICMS em 1996, sobre 1995. No ano passado, o crescimento foi de 6,8% e nos primeiros trimestres fechamos com crescimento: 4% em janeiro, 0,5% em fevereiro e 9% em março. Esse é um resultado excepcional se comparado com os demais estados, onde a arrecadação está caindo. Entre os 14 maiores estados em volume de arrecadação, o DF foi a unidade da federação que teve o maior crescimento na arrecadação desde 1995.

**GZMDF** - A partir do desempenho da arrecadação até agora é possível estimar um crescimento neste ano em relação a 1997 ou ainda é muito cedo para falar disso?

**M.T.** - Sim, deveremos ter um crescimento real este ano. Talvez menor que no ano passado em função do desaquecimento da economia e principalmente das altas taxas de juros, que vem prejudicando o comércio, um setor muito importante na economia da cidade.

**GZMDF** - Há muito tempo se fala da necessidade do aumento da produção no DF. O senhor fala que é preciso aumentar a base tributária, isto é, o número de contribuintes. No caso do ICMS, por onde a arrecadação pode crescer?

**M.T.** - Antes de falar no



Mário Tinoco

ICMS, temos que levar em conta que há um grande potencial do ISS. É por onde a arrecadação tem crescido mais e é onde estamos investindo e acho que vamos ter resultados muito bons. Temos um potencial econômico muito grande no setor de serviços, principalmente nos serviços de alta tecnologia, onde há uma demanda muito grande do governo federal. E também na indústria de entretenimentos. Temos que estimular a produção desses serviços e produtos no Distrito Federal.

**GZMDF** - A secretaria sempre deu muita ênfase ao ICMS...

**M.T.** - Não só por ser o principal tributo em termos de arrecadação, mas também porque tem um status maior, é estadual. O ISS sempre foi visto como uma coisa secundária. Mas temos potencial para que ele seja responsável pela metade da arrecadação.

**GZMDF** - Em termos de arrecadação, que tipo de empresa seria interessante para o DF?

**M.T.** - Na área de serviços, empresas ligadas à informática, como provedoras e desenvolvimento de software. No caso do ICMS, tudo nos interessa. Por exemplo, cerveja. Temos uma fábrica da Skol. Gostariamos de ter todos os fabricantes aqui. O interessante é que a cerveja, o chope e o refrigerante consumidos aqui fossem produzidos no DF e não em outro estado. O que a gente quer é atrair para cá a produção, o setor produtivo.

**GZMDF** - O GDF criou o Pades, o programa de incentivos para indústrias. O senhor acha que ele está conseguindo atrair efetivamente investimentos pa-

ra o DF? Muitos empresários afirmam que o Pades é muito burocrático e os resultados são muito lentos...

**M.T.** - Temos o principal atrativo que é o mercado consumidor. Temos boas condições de vida e mão-de-obra qualificada. O que falta é dar condições competitivas com incentivos econômicos e financeiros. E isso estamos dando com o Pades. Demos mais agilidade à concessão do incentivo. Principalmente, na questão da assinatura da escritura, que demorava muito tempo. Eu reconheço que a questão da terra em Brasília é muito burocrática, por mais incrível que pareça. O fato de o governo ser o detentor de grande parte das terras deveria ser uma facilidade, mas sempre funcionou como um instrumento de dificuldade. Acho que isso está mudando e temos tido resultado surpreendente com a Terracap na regularização das terras.

**GZMDF** - Hoje o DF arrecada 50% do que gasta. O restante vem de recursos da União. Para conseguir sua autonomia financeira qual seria o percentual desejado?

**M.T.** - Sempre vamos ter um nível de transferência maior que outros estados que estão no mesmo nível de crescimento, mesmo porque não podemos esquecer que a sede do governo federal está aqui. O que não podemos é ficar nessa dependência com o governo federal, discutindo mês a mês qual serão as datas e os valores dos repasses. Acho que deveríamos ter uma autonomia nos repasses para pagamento de pessoal.

**GZMDF** - O que poderia trazer essa autonomia e essa estabilidade, uma vez que o repasse depende da União?

**M.T.** - O ideal seria a criação de um fundo que acompanhasse o nível de arrecadação dos tributos federais. Não faz sentido também ficarmos com as transferências congeladas, como aconteceu do ano passado para este. A solução para isso é termos um mecanismo automático, que seria um fundo em que receberíamos um percentual determinado, por

exemplo, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR). Semelhante a um fundo de participação que cobriria os serviços que temos que prestar ao governo federal.

**GZMDF** - A criação de um fundo para transferência do Distrito Federal seria então a solução para reduzir a dependência com a União?

**M.T.** - Isso não basta. Para que a sede da capital do país não fique cercada de problemas sociais explosivos é preci-

so fazer mais do que isso. É necessário ter um programa em conjunto com o governo federal que estimule o crescimento da atividade econômica do DF. O potencial da indústria de entretenimento é muito grande, mas precisa de investimentos que o Distrito Federal não tem condições de bancar. Precisaríamos fazer parcerias com o governo federal - como aconteceu com o metrô - no projeto Orla e no Porto Seco. Se o governo federal não perceber que é preciso fazer um investimento mínimo aqui no DF, ele corre

o risco de ter a capital cercada por um bolsão de miséria com um potencial explosivo, uma nova Baixada Fluminense que a gente não quer aqui.

**GZMDF** - O sr. acredita que o crescimento da arrecadação só será possível com melhores resultados na fiscalização?

**M.T.** - Não, porque a fiscalização também tem limites. Se não ampliarmos a nossa base econômica, rapidamente bateremos num teto. Mas temos como crescer bastante somente com a fiscalização. No caso

por exemplo, e têm uma inscrição de microempresa pagaram uma alíquota maior. A gente acha que esse pessoal acabou penalizado e eu quero corrigir isso para o próximo exercício.

**GZMDF** - O governo federal apresentou uma proposta de reforma tributária que está sendo discutida no Congresso. O Sr. a considera uma boa alternativa?

**M.T.** - Para nós, o fundamental era mudar o critério da cobrança do tributo, passando da origem para o destino. Qualquer projeto que implemente esse princípio é interessante para o DF. E o projeto apresentado pelo Pedro Parente (secretário-executivo do Ministério da Fazenda) e pelo Everardo Maciel (secretário da Receita Federal) tem essa vantagem que é a de criar o imposto de Venda ao Varejo, que para nós seria excelente.

**GZMDF** - O sr. acha que a fiscalização no DF é feita de forma muito precária?

**M.T.** - Estamos melhorando muito, mas ainda estamos engatinhando, como em todos os demais estados. A nossa base de dados é insuficiente. Por exemplo, o fato de não processarmos a via das notas fiscais que ficam conosco, referentes às mercadorias que entram no DF é absurdo, inconcebível.

**GZMDF** - Cerca de 80% do orçamento do DF está sendo usado para pagamento de pessoal. Como reduzir esse percentual para sobrar recursos para investimento?

**M.T.** - Hoje é menos. Em 1996 o comprometimento total da receita com pessoal foi de 85%. Em 1997, isso caiu para 74%. Se falarmos na Lei Camata, que limita em 60% o montante a ser gasto com pessoal, temos que levar em conta as peculiaridades do DF. Se a gente reduz a folha de Saúde, Educação e Segurança, reduz também a transferência. A previsão é de que neste ano deveremos manter os 74%. Apesar de a receita própria ter crescido, as transferências da União não cresceram e a gente sempre tem um crescimento inercial da folha de pagamento. Além disso fizemos contratação na área de Segurança e Educação, porque as demandas sociais são crescentes. Acredito que vamos manter o comprometimento do ano passado ou reduzir muito pouco.

**GZMDF** - E qual é o efeito das privatizações de empresas na arrecadação?

**M.T.** - Prefiro falar numa política de venda de ativos. Se o investimento do governo foi necessário em determinado período, e aquela área já está bem atendida, não há porque o governo continuar investindo naquele setor. É o caso, por exemplo, de energia elétrica e dos supermercados da SAB. O governo vendeu todas as ações preferenciais da CEB e isso lhe permitiu fazer muitas obras. Isso gerou um caixa entre o Tesouro e empresas do governo que mantinha ações da CEB, em cerca de R\$ 70 milhões. A idéia é essa: abrir o capital das empresas onde o GDF já investiu bastante e com o dinheiro da venda das ações investir em áreas onde o setor privado não vai investir: construção de posto de saúde, de escolas, urbanizar os assentamentos etc.

## Crescimento real da arrecadação de ICMS

Período 1995-1997

UF	Taxa de crescimento %
São Paulo	6,01
Minas Gerais	0,25
Rio de Janeiro	5,09
Rio Grande do Sul	6,41
Paraná	6,21
Bahia	0,71
Santa Catarina	0,80
Espírito Santo	6,89
Pernambuco	11,42
Goias	13,62
Ceará	7,91
Amazonas	11,01
Mato Grosso	15,81
Distrito Federal	17,29

FONTE: SECRETARIA DE FAZENDA DO DF